



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

QUEM CONTA A HISTÓRIA DA BRUXA? WICKED, COLONIALIDADE NARRATIVA E A PRODUÇÃO DO OUTRO NAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

WHO TELLS THE WITCH'S STORY? WICKED, NARRATIVE COLONIALITY, AND THE PRODUCTION OF THE OTHER IN SOUTHERN EPISTEMOLOGIES

Jhonatan Camara Gomes Schmidt¹

RESUMO

O presente artigo analisa a obra *Wicked* (2024), dirigida por Jon M. Chu, a partir das contribuições das Epistemologias do Sul e dos estudos decoloniais, articulando também a teoria feminista crítica. Parte-se do problema de pesquisa: de que modo a narrativa do filme tensiona os processos de construção social dos heróis e vilões e evidencia disputas em torno da legitimidade das narrativas e da produção do conhecimento. O objetivo geral consiste em compreender como a trajetória da personagem Elphaba problematiza a produção da diferença, os mecanismos de silenciamento e as relações de poder que definem quem pode narrar e ser reconhecido como sujeito de saber. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e análise documental da obra cinematográfica. O referencial teórico fundamenta-se em Aníbal Quijano (2005), Walter D. Mignolo (2017), Boaventura de Sousa Santos (2009; 2010; 2019), Gayatri Chakravorty Spivak (2010), Stuart Hall (2016) e María Lugones (2020), cujas contribuições permitem discutir colonialidade, representação, subalternidade e produção de ausências e emergências no campo epistemológico. Os resultados indicam que *Wicked* opera como uma contra-narrativa ao deslocar a perspectiva tradicional da Bruxa Má do Oeste, evidenciando que as categorias de herói e vilão são construções históricas, discursivas e atravessadas por relações de poder. Observa-se que a legitimidade das narrativas depende de estruturas institucionais e simbólicas que regulam a circulação dos discursos e definem quais vozes são reconhecidas como verdadeiras. Conclui-se que a obra evidencia a inseparabilidade entre narrativa, memória e poder, reforçando que disputas por representação são também disputas epistemológicas. Nesse sentido, contribui para os debates contemporâneos sobre justiça cognitiva e pluralidade de saberes nas Epistemologias do Sul.

Palavras-chave: Colonialidade narrativa. Contra-narrativa. Epistemologias do Sul.

¹ Mestre em Estudos Culturais. Integrante do Grupo de Pesquisa em Estudos Decoloniais (GPED). E-mail: camaragomesjhonatan@gmail.com



ABSTRACT

This article analyzes the film *Wicked* (2024), directed by Jon M. Chu, drawing on the contributions of Southern Epistemologies and decolonial studies, as well as feminist critical theory. The research problem is: how does the film's narrative challenge the social construction of heroes and villains and reveal disputes over narrative legitimacy and knowledge production? The main objective is to understand how the trajectory of the character Elphaba problematizes the production of difference, mechanisms of silencing, and power relations that define who is allowed to narrate and be recognized as a legitimate subject of knowledge. The methodology is qualitative, based on bibliographic research and documentary analysis of the film. The theoretical framework includes Aníbal Quijano (2005), Walter D. Mignolo (2017), Boaventura de Sousa Santos (2009; 2010; 2019), Gayatri Chakravorty Spivak (2010), Stuart Hall (2016), and María Lugones (2020), whose works address coloniality, representation, subalternity, and the production of absences and emergences in epistemological fields. The results indicate that *Wicked* operates as a counter-narrative by shifting the traditional perspective on the Wicked Witch of the West, showing that categories such as hero and villain are historical, discursive constructions shaped by power relations. It is observed that narrative legitimacy depends on institutional and symbolic structures that regulate discourse circulation and define which voices are recognized as true. The study concludes that the film highlights the inseparability between narrative, memory, and power, reinforcing that struggles over representation are also epistemological struggles.

Keywords: Narrative coloniality. Counter-narrative. Southern Epistemologies.

1 INTRODUÇÃO

As narrativas desempenham papel central na constituição das sociedades humanas. Por meio delas, são construídas memórias coletivas, identidades culturais, percepções morais e interpretações sobre o mundo social. Entretanto, nem todas as narrativas possuem o mesmo grau de legitimidade ou circulação. Ao longo da história, determinados grupos sociais adquiriram o poder de produzir versões da realidade que passam a ser reconhecidas como oficiais, enquanto as experiências de outros grupos foram invisibilizadas, silenciadas ou distorcidas. Nesse sentido, a disputa pela narrativa constitui também uma disputa pelo poder de definir quem pertence, quem representa uma ameaça e quem deve ser reconhecido como herói ou vilão.

Essa discussão tem ganhado relevância em diferentes campos do conhecimento, especialmente nos estudos decoloniais, nas Epistemologias do Sul e na teoria crítica feminista, que procuram compreender como as relações de poder interferem na produção dos saberes e das representações sociais. Como afirma Santos (2009, p. 41), “não há justiça social global sem justiça cognitiva global”, uma vez que as desigualdades não se manifestam apenas na distribuição de recursos materiais, mas também na definição dos conhecimentos considerados legítimos e das vozes autorizadas a narrar a realidade.



Nesse contexto, a cultura popular constitui um espaço relevante para observar como determinadas narrativas são construídas, reproduzidas e, em alguns casos, contestadas. Filmes, séries, livros e demais produções culturais participam ativamente da construção de imaginários coletivos, influenciando a forma como diferentes sujeitos e grupos sociais são percebidos. Muitas vezes, essas obras reforçam estereótipos historicamente consolidados; em outras, oferecem novas perspectivas capazes de questionar interpretações amplamente difundidas.

É nesse cenário que se insere *Wicked* (2024), filme dirigido por Jon M. Chu e baseado no musical homônimo da Broadway, inspirado no romance de Gregory Maguire. A obra revisita o universo de *O Mágico de Oz* a partir da trajetória de Elphaba, personagem tradicionalmente conhecida como a Bruxa Má do Oeste. Diferentemente da narrativa clássica, o filme desloca o olhar para a personagem que, durante décadas, ocupou o papel de antagonista, permitindo ao público conhecer aspectos de sua história que haviam sido ignorados ou silenciados.

A proposta do filme é particularmente interessante porque não busca simplesmente transformar a vilã em heroína. O que a narrativa faz é questionar os processos pelos quais determinadas pessoas passam a ser vistas como ameaça, enquanto outras são reconhecidas como representantes do bem. Ao acompanhar a trajetória de Elphaba, o espectador é levado a refletir sobre quem possui o poder de contar uma história e quais interesses estão envolvidos na construção das versões que se tornam socialmente aceitas como verdadeiras.

Essa questão dialoga diretamente com as reflexões desenvolvidas por autores como Quijano (2005), Mignolo (2017), Santos (2019), Hall (2016), Spivak (2010) e Lugones (2020). Em diferentes perspectivas, esses autores discutem como os processos de dominação não se limitam às esferas econômica e política, mas também atuam na produção dos conhecimentos, das representações e das identidades. Dessa maneira, compreender quem narra a história e quem possui legitimidade para fazê-lo torna-se uma questão fundamental para analisar as relações de poder presentes na sociedade contemporânea.

Partindo dessas reflexões, este artigo tem como objetivo analisar a obra *Wicked* a partir das contribuições das Epistemologias do Sul, da teoria decolonial e da crítica feminista, buscando compreender de que forma o filme problematiza a construção social dos heróis e vilões. Pretende-se discutir como a trajetória de Elphaba evidencia mecanismos de produção da diferença, processos de silenciamento e disputas em torno da legitimidade das narrativas.

Para alcançar esse objetivo, o texto está organizado em quatro momentos. Inicialmente, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa. Em seguida, discute-se a relação entre colonialidade, representação e construção dos heróis e vilões. Posteriormente, analisa-se a trajetória de Elphaba e os processos que contribuem para sua transformação em inimiga pública dentro da



narrativa. Por fim, o filme é discutido à luz das Epistemologias do Sul, enfatizando as disputas em torno da produção do conhecimento e do direito de narrar a própria experiência.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Segundo Gil (2008, p. 50), "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos." Considerando que esta investigação busca compreender as relações entre narrativa, poder e representação presentes na obra *Wicked* (2024), a pesquisa bibliográfica mostrou-se adequada para a construção do referencial teórico que sustenta a análise.

Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se uma análise documental da obra cinematográfica *Wicked* (2024), compreendida neste estudo como um artefato cultural capaz de produzir representações e significados sociais. Conforme destaca Cellard (2008), a análise documental permite investigar diferentes fontes e compreender os sentidos construídos em determinados contextos históricos e culturais. Nesse sentido, o filme foi analisado não apenas como entretenimento, mas como uma narrativa que dialoga com questões relacionadas à colonialidade, à produção da diferença e às disputas em torno da legitimidade dos discursos.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, realizou-se inicialmente um levantamento bibliográfico sobre os principais conceitos que fundamentam o estudo. Foram utilizadas obras de autores como Aníbal Quijano (2005), Walter Dignolo (2017), Boaventura de Sousa Santos (2009), Gayatri Spivak (2010), María Lugones (2020) e Stuart Hall (2016), cujas produções discutem questões relacionadas à colonialidade, representação, produção do conhecimento, subalternidade e construção da diferença. A escolha desses autores ocorreu em função da proximidade de suas discussões com a problemática investigada, especialmente no que diz respeito às disputas em torno da legitimidade das narrativas e dos saberes.

A análise desenvolveu-se em três momentos. Inicialmente, buscou-se compreender as contribuições teóricas das Epistemologias do Sul e dos estudos decoloniais para a discussão sobre representação e poder narrativo. Em seguida, foram identificadas situações presentes na trajetória da personagem Elphaba que evidenciam processos de exclusão, silenciamento e construção da alteridade. Por fim, esses elementos foram analisados à luz do referencial teórico selecionado, buscando compreender como a obra questiona narrativas hegemônicas e problematiza a definição social dos heróis e dos vilões.

A escolha de *Wicked* como objeto de estudo está relacionada à ampla repercussão alcançada



pela obra e às discussões que ela suscita acerca da diferença, do preconceito e da construção das identidades. Ao revisitar uma personagem tradicionalmente apresentada como vilã, o filme oferece uma oportunidade interessante para refletir sobre quem possui o poder de contar uma história e sobre os mecanismos que tornam determinadas versões dos acontecimentos mais legítimas do que outras. Dessa maneira, a análise da obra permite estabelecer um diálogo profícuo com as discussões propostas pelas Epistemologias do Sul e pelas perspectivas decoloniais contemporâneas.

3 A COLONIALIDADE DAS NARRATIVAS E A PRODUÇÃO DOS HERÓIS E VILÕES

As narrativas ocupam um papel importante na forma como as sociedades interpretam a realidade e organizam suas relações sociais. É por meio delas que determinados acontecimentos são lembrados, outros esquecidos e que certos sujeitos passam a ser reconhecidos como exemplos a serem seguidos ou como ameaças à ordem estabelecida. Dessa maneira, a construção dos heróis e dos vilões não pode ser compreendida apenas como um elemento presente nas obras de ficção, mas como um processo social atravessado por disputas de poder, nas quais se decide quem tem autoridade para narrar e quem será narrado.

Ao discutir a colonialidade do poder, Quijano (2005) aponta que as formas contemporâneas de dominação não podem ser compreendidas sem considerar a persistência das estruturas coloniais na organização social. Para o autor, a modernidade não elimina essas hierarquias, mas as reinscreve em novos formatos, especialmente quando afirma que

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América⁴. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.” (QUIJANO, 2005, p. 117).

Essa formulação permite compreender que as classificações sociais não são naturais, mas historicamente produzidas e articuladas a mecanismos de controle que definem quem ocupa posições de centralidade e quem é colocado à margem.

Nesse mesmo movimento, Quijano (2005) amplia a compreensão da colonialidade ao indicar que ela não se limita à dimensão econômica ou política, mas também se estrutura no campo da subjetividade e do conhecimento, ao afirmar que a colonialidade do poder articula exploração, dominação e controle da subjetividade. “Assim, no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo.” (QUIJANO, 2005, p. 123).

Isso significa que os modos de perceber o mundo, de interpretar experiências e de construir



narrativas também são atravessados por essas hierarquias, o que ajuda a compreender como determinadas histórias passam a ser legitimadas enquanto outras são sistematicamente desautorizadas.

Essa reflexão aproxima-se das contribuições de Stuart Hall (2016), para quem os sistemas de representação desempenham papel central na produção dos significados sociais. O autor argumenta que a construção do sentido depende da existência de referenciais compartilhados entre os membros de uma cultura, responsáveis por organizar a interpretação da realidade e possibilitar a comunicação social.

Somos, entretanto, capazes de nos comunicar porque compartilhamos praticamente os mesmos mapas conceituais e, assim, damos sentido ou interpretamos o mundo de formas mais ou menos semelhantes. Isso é, de fato, o que significa pertencer à mesma cultura. (...) A linguagem se apresenta, portanto, como o segundo sistema de representação envolvido no processo global de construção de sentido. (HALL, 2016, p. 36).

A partir dessa perspectiva, as representações não refletem passivamente a realidade, mas participam ativamente da construção dos sentidos atribuídos aos sujeitos e aos acontecimentos. As imagens, discursos e narrativas difundidos socialmente influenciam a forma como indivíduos e grupos são percebidos, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que é considerado normal e aquilo que é definido como desviante.

Hall (2016) reforça ainda que esses significados não são neutros, pois circulam em relações de poder, sendo constantemente disputados. Como ele observa, "os signos indicam ou representam os conceitos e as relações entre eles que carregamos em nossa mente e que, juntos, constroem os sistemas de significado da nossa cultura." (HALL, 2016, p. 37). A partir disso, torna-se possível compreender que a construção dos heróis e vilões não decorre de características intrínsecas dos sujeitos, mas dos discursos que são produzidos sobre eles, discursos estes que são atravessados por relações desiguais de poder.

Essa dimensão ganha maior complexidade quando articulada às Epistemologias do Sul, especialmente na formulação de Boaventura de Sousa Santos (2019). O autor destaca que as formas modernas de produção do conhecimento estabeleceram hierarquias entre saberes, de modo que "a injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global" (SANTOS, 2009, p. 31-32). Isso implica reconhecer que não se trata apenas de desigualdades materiais, mas também da desigualdade no direito de produzir conhecimento e de validar experiências como legítimas.

Santos (2009) ainda aprofunda essa discussão ao afirmar que muitas experiências sociais são produzidas como inexistentes, não porque não aconteçam, mas porque não são reconhecidas dentro dos critérios hegemônicos de validação. É nesse sentido que ele desenvolve a ideia de sociologia das ausências, ao indicar que tais ausências são produzidas ativamente pelos sistemas de conhecimento



dominantes, que definem o que pode ou não ser considerado real, válido ou relevante.

Esse problema do reconhecimento também é central na formulação de Spivak (2010), especialmente quando a autora questiona as condições de enunciação dos sujeitos subalternizados. Ao afirmar que “o subalterno não pode falar” (SPIVAK, 2010, p. 45), a autora não se refere à ausência de voz em sentido literal, mas às condições estruturais que impedem que essa voz seja reconhecida como discurso legítimo dentro dos sistemas de representação dominantes. Nesse sentido, mesmo quando há fala, ela é frequentemente mediada, reinterpretada ou neutralizada por estruturas de poder.

Spivak (2010) ainda problematiza essa questão ao indicar que qualquer tentativa de enunciação do subalterno tende a ser filtrada por instâncias que já ocupam posições de autoridade discursiva, o que reforça o caráter assimétrico da produção de narrativas. Essa reflexão é fundamental para compreender como determinados sujeitos são constantemente narrados por outros, sem que lhes seja garantida a plena possibilidade de autorrepresentação.

Nesse mesmo horizonte crítico, Mignolo (2017) propõe a noção de desobediência epistêmica como forma de ruptura com os regimes de conhecimento coloniais. Para o autor, trata-se de um movimento de deslocamento das formas hegemônicas de produção de saber, reconhecendo que “a desobediência epistêmica consiste em desconectar-se das formas de conhecimento que naturalizam a colonialidade” (MIGNOLO, 2017, p. 15). Essa perspectiva amplia o debate ao indicar que não há apenas disputa por narrativas, mas também por regimes de verdade.

Dessa forma, a construção dos heróis e dos vilões não pode ser compreendida como um processo meramente narrativo ou literário, mas como um fenômeno profundamente político e epistemológico. Trata-se de compreender quem tem o poder de narrar, quais discursos são legitimados e quais experiências são sistematicamente silenciadas. É nesse campo de disputas que se insere a análise da obra *Wicked*, na qual a trajetória de Elphaba evidencia justamente os mecanismos pelos quais uma personagem pode ser transformada em vilã a partir da reconfiguração das narrativas dominantes.

4 PODE A BRUXA FALAR? CONTRA-NARRATIVAS, RESISTÊNCIA E EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Se a análise desenvolvida no capítulo anterior permitiu compreender os mecanismos pelos quais Elphaba é transformada em inimiga social, torna-se necessário avançar para uma questão complementar: o que acontece quando aquele que foi convertido em objeto da narrativa tenta tornar-se sujeito dela? Em *Wicked*, essa questão emerge de maneira central, uma vez que a obra não apenas apresenta os processos de construção da figura da bruxa, mas desloca a própria posição narrativa,



permitindo que a personagem historicamente identificada como vilã apresente sua perspectiva sobre os acontecimentos.

Esse deslocamento possui implicações que ultrapassam a simples reinterpretação de uma personagem conhecida. Ao conceder centralidade à experiência de Elphaba, o filme questiona os critérios que tradicionalmente definem quem possui autoridade para narrar a realidade. A questão deixa de ser apenas quem é o herói ou o vilão e passa a envolver quem possui legitimidade para contar a história e produzir versões socialmente reconhecidas como verdadeiras.

Essa problemática aproxima-se das reflexões de Gayatri Chakravorty Spivak (2010) acerca da subalternidade. Ao perguntar se o subalterno pode falar, a autora chama atenção para os mecanismos que limitam o reconhecimento de determinadas vozes dentro dos sistemas dominantes de produção do conhecimento. O problema não se resume à possibilidade de expressão, mas às condições que permitem que uma fala seja reconhecida, legitimada e incorporada ao espaço público. Como afirma a autora, “não há nenhum espaço a partir do qual o sujeito subalterno sexuado possa falar” (SPIVAK, 2010, p. 121). A formulação não indica a impossibilidade material da fala, mas evidencia a ausência de condições estruturais que permitam que determinadas vozes sejam reconhecidas como produtoras legítimas de conhecimento.

Ao longo de *Wicked*, Elphaba procura explicar suas ações, denunciar injustiças e apresentar interpretações distintas daquelas difundidas pelas autoridades de Oz. Entretanto, suas tentativas esbarram em estruturas que controlam a circulação das informações e a construção das versões consideradas legítimas. A personagem fala, mas sua fala encontra obstáculos para alcançar reconhecimento social. Tal dinâmica aproxima-se da distinção proposta por Spivak (2010) entre falar por alguém e representar alguém, evidenciando que os sujeitos subalternizados frequentemente têm suas experiências mediadas por discursos produzidos por instâncias de poder que reivindicam o direito de falar em seu nome. Sua experiência não desaparece, mas perde espaço diante de narrativas institucionalmente fortalecidas.

Essa dinâmica evidencia que o poder narrativo não consiste apenas na capacidade de produzir discursos, mas na possibilidade de fazê-los circular e adquirir legitimidade coletiva. Em diferentes momentos da história, observa-se que as interpretações elaboradas pelo Mágico e por outras figuras de autoridade alcançam maior alcance social não necessariamente porque são mais verdadeiras, mas porque estão associadas a instituições capazes de validar determinadas versões dos acontecimentos.

Nesse sentido, *Wicked* convida o espectador a refletir sobre a relação entre narrativa e poder. As histórias que uma sociedade conta sobre si mesma não surgem de forma neutra ou espontânea. Elas resultam de disputas envolvendo memória, legitimidade e reconhecimento. Quem controla os meios de produção simbólica possui maiores condições de definir quais acontecimentos serão



lembrados, quais serão esquecidos e quais interpretações serão consideradas verdadeiras.

Essa questão torna-se particularmente relevante porque o próprio filme se apresenta como uma reescrita de uma narrativa amplamente conhecida. Durante décadas, a figura da Bruxa Má do Oeste foi apresentada ao público a partir de uma perspectiva específica, consolidada culturalmente por diferentes adaptações de *O Mágico de Oz*. *Wicked* rompe com essa tradição ao deslocar o foco da narrativa para a personagem que anteriormente ocupava o lugar de antagonista.

Esse movimento pode ser compreendido como uma forma de contra-narrativa. Diferentemente de uma simples inversão entre heróis e vilões, a contra-narrativa questiona as condições que permitiram a consolidação de determinadas versões dos acontecimentos. Seu objetivo não consiste apenas em apresentar outra história, mas em problematizar os mecanismos que transformam algumas narrativas em verdades socialmente reconhecidas enquanto outras permanecem marginalizadas.

Sob essa perspectiva, o filme evidencia que a memória coletiva é resultado de processos seletivos. Nem todos os acontecimentos são registrados da mesma maneira, nem todas as experiências recebem o mesmo grau de visibilidade. A construção das memórias sociais envolve escolhas, disputas e relações de poder que influenciam a forma como indivíduos e grupos serão lembrados pelas gerações futuras.

As reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2019) contribuem para aprofundar essa discussão. Ao propor as Epistemologias do Sul, o autor chama atenção para a necessidade de reconhecer formas de conhecimento historicamente excluídas pelos sistemas dominantes de validação epistemológica. Sua crítica não se dirige apenas aos conteúdos produzidos pelas instituições hegemônicas, mas aos próprios critérios utilizados para definir o que pode ser considerado conhecimento legítimo.

A trajetória de Elphaba permite visualizar essa problemática de maneira simbólica. Sua experiência sobre os acontecimentos de Oz não desaparece; ela continua existindo e produzindo interpretações sobre a realidade. Entretanto, essas interpretações encontram dificuldades para alcançar reconhecimento público porque disputam espaço com narrativas respaldadas por estruturas políticas e simbólicas mais poderosas. O conflito não ocorre apenas entre versões distintas dos fatos, mas entre diferentes capacidades de legitimar essas versões.

Nesse contexto, a proposta de Walter Mignolo (2017) acerca da desobediência epistêmica adquire especial relevância. Segundo o autor, enfrentar a colonialidade exige questionar os critérios que definem quais saberes podem ocupar posições de autoridade. Trata-se de reconhecer que toda produção de conhecimento está situada historicamente e que nenhuma perspectiva possui o monopólio da verdade.

Em certa medida, *Wicked* realiza esse movimento ao desafiar uma narrativa consolidada e



convidar o público a reconsiderar aquilo que parecia evidente. Ao apresentar os acontecimentos sob outra perspectiva, a obra demonstra que a compreensão da realidade depende do lugar a partir do qual ela é observada. O filme não substitui uma verdade por outra, mas evidencia a existência de disputas em torno da produção da verdade.

Essa reflexão também dialoga com as contribuições de María Lugones (2020), especialmente quando a autora demonstra que os sistemas coloniais produziram formas específicas de classificação dos sujeitos. Historicamente, mulheres e outros grupos marginalizados foram frequentemente representados por discursos que os associavam à irracionalidade, ao perigo ou à incapacidade moral. A figura da bruxa constitui uma das expressões mais emblemáticas desse processo.

Ao recuperar a trajetória de Elphaba a partir de sua própria perspectiva, *Wicked* questiona uma tradição histórica que frequentemente transformou a diferença em motivo de perseguição. Mais do que reabilitar uma personagem específica, a obra chama atenção para os mecanismos pelos quais determinados sujeitos são impedidos de participar da construção das narrativas que os representam.

Dessa forma, a principal contribuição do filme para o debate proposto pelas Epistemologias do Sul não consiste apenas em oferecer uma nova versão dos acontecimentos, mas em revelar que toda narrativa envolve disputas por legitimidade, memória e reconhecimento. Sob essa perspectiva, a questão formulada por Spivak permanece atual porque desloca o debate da simples capacidade de expressão para as estruturas que regulam a escuta e o reconhecimento social das vozes marginalizadas. A pergunta “pode a bruxa falar?” permanece relevante porque remete a uma questão mais ampla: quem possui o poder de definir quais vozes serão escutadas e quais continuarão sendo narradas por outros?

4.1 O direito de narrar e a legitimidade da fala

A análise desenvolvida até aqui permitiu compreender como a figura de Elphaba é progressivamente associada à ameaça e à marginalidade por meio de processos de representação que transformam a diferença em perigo social. Contudo, a narrativa de *Wicked* não se limita a evidenciar os mecanismos que produzem a figura da vilã. A obra também problematiza uma questão igualmente relevante: quem possui o direito de narrar os acontecimentos e de produzir interpretações socialmente reconhecidas como legítimas?

Essa questão torna-se central porque as disputas presentes na narrativa não ocorrem apenas em torno das ações realizadas pelos personagens, mas também em torno dos significados atribuídos a essas ações. Em diferentes momentos do filme, observa-se que os acontecimentos são interpretados de maneiras distintas por Elphaba e pelas autoridades de Oz. Entretanto, essas interpretações não



circulam em condições de igualdade. Enquanto determinadas versões alcançam ampla aceitação pública, outras permanecem restritas ou são sistematicamente desacreditadas.

Essa dinâmica aproxima-se das reflexões desenvolvidas por Gayatri Chakravorty Spivak (2010) em sua discussão sobre a subalternidade. Ao questionar se o subalterno pode falar, a autora chama atenção para os mecanismos que regulam o reconhecimento social das vozes. O problema não consiste apenas na possibilidade de expressão, mas nas condições que determinam se determinada fala será considerada válida, inteligível e digna de atenção. Em sociedades marcadas por relações desiguais de poder, nem todos os sujeitos possuem as mesmas condições de produzir discursos capazes de influenciar a construção da realidade social. Como afirma Spivak (2010, p. 121), “não há nenhum espaço a partir do qual o sujeito subalterno sexuado possa falar”. A autora não sugere a inexistência material da fala, mas evidencia que determinadas estruturas sociais limitam as condições de reconhecimento e inteligibilidade de certos discursos, impedindo que sejam legitimados como conhecimento válido.

Sob essa perspectiva, a trajetória de Elphaba revela que falar e ser ouvido não constituem experiências equivalentes. Ao longo da narrativa, a personagem procura denunciar injustiças, questionar decisões políticas e apresentar sua própria interpretação dos acontecimentos. Sua voz existe e se manifesta de diferentes formas. No entanto, a capacidade de transformar essa voz em uma narrativa socialmente legitimada permanece limitada pelas estruturas de poder que organizam a circulação das informações em Oz. Nesse sentido, as reflexões de Hall (2016) permitem compreender que os significados não estão contidos nos acontecimentos em si, mas são produzidos por sistemas de representação socialmente compartilhados. Como observa o autor, “a representação é uma parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e trocado entre os membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 31). Assim, o conflito vivido por Elphaba não envolve apenas suas ações, mas os significados atribuídos a elas pelos grupos que controlam os processos de representação.

Essa questão torna-se evidente na relação estabelecida entre Elphaba e o Mágico. Enquanto a personagem busca confrontar práticas que considera injustas, o governante dispõe de mecanismos institucionais capazes de produzir consenso e moldar a opinião pública. Sua autoridade não decorre apenas da posição política que ocupa, mas também da capacidade de definir quais discursos serão reconhecidos como verdadeiros. O conflito entre ambos ultrapassa o plano das ações concretas e assume a forma de uma disputa pelo controle da narrativa. Essa disputa pode ser compreendida à luz da crítica de Boaventura de Sousa Santos (2009), para quem a produção do conhecimento está diretamente relacionada à produção de presenças e ausências sociais. Determinadas experiências tornam-se visíveis e reconhecidas, enquanto outras são sistematicamente desqualificadas ou excluídas dos espaços de validação social.



Nesse contexto, o direito de narrar revela-se uma dimensão fundamental das relações de poder. Controlar a narrativa significa influenciar a maneira como os acontecimentos serão compreendidos, lembrados e julgados coletivamente. Mais do que descrever a realidade, as narrativas contribuem para organizá-la simbolicamente, estabelecendo quem merece confiança, quem representa perigo e quem possui legitimidade para ocupar determinados lugares sociais.

A trajetória de Elphaba demonstra que a exclusão pode ocorrer não apenas pela negação da fala, mas também pela negação da autoridade necessária para que essa fala produza efeitos sociais. Suas interpretações dos acontecimentos são frequentemente desconsideradas porque disputam espaço com discursos respaldados por instituições políticas e simbólicas mais poderosas. O problema central não reside na ausência de voz, mas na desigual distribuição das condições de escuta. Sob essa perspectiva, a questão proposta por Spivak desloca o debate da simples capacidade de expressão para os mecanismos que regulam o reconhecimento social da fala. Mais do que perguntar quem pode falar, torna-se necessário investigar quem possui condições de ser ouvido, acreditado e legitimado dentro dos regimes dominantes de produção da verdade.

Desse modo, *Wicked* evidencia que a produção da verdade social está profundamente relacionada às estruturas que regulam o reconhecimento das vozes. Ao acompanhar a trajetória de uma personagem cuja experiência é constantemente reinterpretada por outros, o filme convida o público a refletir sobre quem possui o poder de contar a história, quem tem o direito de definir seus significados e quais sujeitos permanecem excluídos desses processos. A questão da fala, portanto, não pode ser separada da questão da legitimidade, uma vez que toda narrativa envolve disputas em torno do reconhecimento, da autoridade e do poder.

4.2 Contra-narrativas e memória

Se a legitimidade da fala constitui um elemento central nas disputas por reconhecimento, torna-se igualmente importante compreender como determinadas narrativas são preservadas e transmitidas ao longo do tempo. Em *Wicked*, essa questão assume papel fundamental porque a obra não apenas apresenta uma nova perspectiva sobre os acontecimentos de Oz, mas revisita uma história que já ocupa lugar consolidado no imaginário cultural. Ao fazê-lo, o filme evidencia que a memória coletiva não é resultado de um processo neutro de registro dos fatos, mas de disputas contínuas em torno daquilo que será lembrado, esquecido ou reinterpretado.

Durante décadas, a figura da Bruxa Má do Oeste foi amplamente conhecida por meio de narrativas que a apresentavam como símbolo do mal e da ameaça. Essa representação foi incorporada ao imaginário popular por diferentes adaptações da história de Oz, tornando-se uma referência



amplamente aceita pelo público. Nesse contexto, *Wicked* realiza um movimento significativo ao deslocar o olhar para a personagem historicamente identificada como antagonista e questionar as bases sobre as quais essa imagem foi construída.

Esse deslocamento permite compreender que a memória social não corresponde a um simples acúmulo de acontecimentos passados. Aquilo que uma sociedade recorda é resultado de processos seletivos que envolvem relações de poder, interesses políticos e disputas simbólicas. Algumas experiências são amplamente registradas e difundidas, enquanto outras permanecem invisibilizadas ou recebem interpretações que limitam sua complexidade. A construção da memória coletiva envolve, portanto, escolhas que influenciam diretamente a forma como indivíduos e grupos serão percebidos ao longo do tempo.

Nesse sentido, Santos (2009) argumenta que a modernidade ocidental produz formas sistemáticas de exclusão que operam não apenas sobre os sujeitos, mas também sobre seus conhecimentos e experiências. Para o autor, muitas realidades são ativamente produzidas como inexistentes, tornando-se ausentes dos processos legítimos de produção da memória e do conhecimento.

Sob essa perspectiva, a narrativa de *Wicked* funciona como uma contra-narrativa. Seu objetivo não consiste apenas em substituir uma versão dos acontecimentos por outra, mas em problematizar os mecanismos que permitiram a consolidação de uma determinada interpretação como verdade socialmente aceita. Ao apresentar eventos já conhecidos a partir de uma perspectiva diferente, a obra convida o público a questionar os critérios que definem quais histórias adquirem legitimidade e quais permanecem à margem dos registros oficiais.

As reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2019) contribuem para aprofundar essa discussão ao destacar que os processos de produção do conhecimento estão intimamente relacionados à produção de presenças e ausências. Conforme afirma o autor, “a injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global” (SANTOS, 2009, p. 32). Tal formulação evidencia que as disputas pela memória não envolvem apenas o registro dos acontecimentos, mas também a legitimidade dos sujeitos autorizados a produzir interpretações sobre eles. Para o autor, determinadas experiências tornam-se socialmente visíveis enquanto outras são progressivamente excluídas dos espaços de reconhecimento. Esse processo não ocorre apenas no campo científico ou institucional, mas também nas narrativas culturais que organizam a memória coletiva e influenciam a compreensão do passado.

No universo de Oz, observa-se que a trajetória de Elphaba é progressivamente substituída por uma versão simplificada de sua existência. A complexidade de suas motivações, suas críticas às injustiças e suas experiências pessoais cedem espaço a uma narrativa que a reduz à condição de



inimiga pública. O que permanece na memória social não é a multiplicidade de sua trajetória, mas uma representação específica que atende às necessidades de manutenção da ordem estabelecida. A experiência da personagem aproxima-se daquilo que Santos (2009) denomina produção de ausências, processo pelo qual determinadas experiências são convertidas em não-existência social ou epistemológica, mesmo permanecendo presentes na realidade vivida.

Nesse sentido, *Wicked* demonstra que as narrativas dominantes não se sustentam apenas por sua ampla circulação, mas também pela capacidade de definir quais aspectos da realidade merecem ser lembrados. A memória coletiva torna-se, assim, um espaço de disputa permanente. Recordar não significa apenas preservar acontecimentos; significa atribuir significados a eles, selecionar perspectivas e estabelecer interpretações que influenciam a compreensão do presente.

A relevância das contra-narrativas reside justamente em sua capacidade de tensionar essas versões consolidadas da realidade. Ao recuperar experiências anteriormente marginalizadas, elas ampliam as possibilidades de interpretação dos acontecimentos e revelam aspectos que permaneciam ocultos pelas narrativas dominantes. Sob essa perspectiva, as contra-narrativas podem ser compreendidas como movimentos de emergência, isto é, formas de tornar visíveis experiências, saberes e interpretações que foram historicamente excluídos dos espaços de reconhecimento. Não se trata de substituir uma verdade por outra, mas de reconhecer que diferentes sujeitos podem produzir leituras distintas sobre os mesmos processos históricos e sociais.

A partir dessa perspectiva, a contribuição de *Wicked* ultrapassa os limites da ficção. Ao questionar uma narrativa amplamente conhecida, a obra estimula reflexões sobre os mecanismos que organizam a memória coletiva em diferentes contextos sociais. A pergunta sobre quem conta a história da bruxa transforma-se, assim, em uma questão mais ampla: quem possui o poder de decidir quais histórias serão lembradas e quais permanecerão ausentes das narrativas que estruturam a vida social? Trata-se, em última instância, de uma disputa não apenas pela memória, mas também pela legitimidade epistemológica dos sujeitos que participam de sua construção.

4.3 *Wicked* como desobediência narrativa

As discussões desenvolvidas até aqui evidenciam que as disputas em torno da fala e da memória estão diretamente relacionadas aos processos de produção do conhecimento. Quem possui legitimidade para narrar os acontecimentos e quem controla os mecanismos de preservação da memória coletiva ocupa posições privilegiadas na definição das verdades socialmente aceitas. Nesse contexto, *Wicked* apresenta-se não apenas como uma releitura de uma narrativa conhecida, mas como uma intervenção crítica nos modos pelos quais determinadas histórias são produzidas, transmitidas e



naturalizadas.

Ao deslocar o foco da narrativa para a personagem historicamente identificada como vilã, a obra questiona uma interpretação consolidada ao longo de décadas. O espectador é convidado a revisitar acontecimentos que julgava conhecer e a confrontar a possibilidade de que a versão amplamente difundida da história não seja a única possível. Esse movimento produz um efeito significativo, pois evidencia que aquilo que frequentemente é percebido como verdade absoluta resulta, muitas vezes, da predominância de determinadas perspectivas sobre outras.

Essa reflexão aproxima-se das contribuições de Walter Mignolo (2017) acerca da desobediência epistêmica. Segundo o autor, a colonialidade não se manifesta apenas por meio de estruturas econômicas ou políticas, mas também através da imposição de formas específicas de produzir e validar o conhecimento. Questionar essas estruturas exige reconhecer que os saberes dominantes não são universais nem neutros, mas historicamente situados. A desobediência epistêmica consiste, portanto, na abertura de espaços para perspectivas que foram marginalizadas pelos sistemas hegemônicos de produção da verdade.

Embora *Wicked* não constitua uma obra acadêmica ou explicitamente política, sua narrativa realiza um movimento semelhante ao descrito por Mignolo. Ao apresentar os acontecimentos a partir do ponto de vista de Elphaba, o filme desafia uma interpretação amplamente consolidada e demonstra que a compreensão da realidade depende das posições ocupadas pelos sujeitos que a narram. O que está em questão não é apenas a reabilitação da imagem de uma personagem, mas o questionamento dos critérios que definem quem pode ocupar o lugar de sujeito da história.

Sob essa perspectiva, a obra também evidencia que as categorias de herói e vilão não constituem classificações naturais ou universais. Ao longo da narrativa, percebe-se que tais categorias são produzidas por relações sociais, disputas políticas e mecanismos de representação que atribuem significados específicos às ações dos indivíduos. A aparente estabilidade dessas classificações decorre menos de sua correspondência com a realidade e mais da força das narrativas que as sustentam.

Essa discussão pode ser ampliada a partir das contribuições de María Lugones (2020), que demonstra como a colonialidade produziu sistemas de classificação responsáveis por organizar hierarquias sociais e definir quais sujeitos seriam reconhecidos como plenamente humanos, racionais e legítimos. Segundo a autora, as formas modernas de dominação atuam não apenas sobre os corpos, mas também sobre as categorias utilizadas para interpretar a realidade. Nesse sentido, a figura da bruxa pode ser compreendida como uma construção histórica que associa determinadas diferenças à anormalidade, ao perigo e à inadequação social, contribuindo para a produção de sujeitos considerados desviantes.

Esse aspecto adquire relevância particular quando considerado à luz das Epistemologias do



Sul. Conforme argumenta Santos (2019), a construção do conhecimento envolve disputas permanentes em torno da legitimidade dos saberes e das experiências. Reconhecer a pluralidade epistemológica implica admitir que diferentes sujeitos podem produzir interpretações válidas sobre o mundo, mesmo quando essas interpretações divergem das versões institucionalmente consagradas. Nesse sentido, a valorização de perspectivas historicamente marginalizadas não representa uma negação do conhecimento existente, mas uma ampliação das possibilidades de compreensão da realidade.

A narrativa de *Wicked* opera justamente nesse espaço de ampliação. Ao recuperar a trajetória de uma personagem tradicionalmente reduzida ao papel de antagonista, a obra convida o público a considerar elementos que permaneceram ausentes das versões anteriores da história. O filme não elimina conflitos nem oferece respostas definitivas sobre os acontecimentos de Oz. Em vez disso, demonstra que toda narrativa envolve escolhas, recortes e perspectivas específicas, tornando visíveis os processos que participam da construção das verdades sociais.

Sob essa perspectiva, o deslocamento promovido pela obra aproxima-se da crítica formulada por Lugones (2020) às formas de conhecimento que historicamente falaram sobre sujeitos marginalizados sem reconhecer sua capacidade de produzir interpretações legítimas sobre suas próprias experiências. Ao reposicionar Elphaba como sujeito da narrativa, *Wicked* questiona não apenas a história que foi contada sobre a personagem, mas também as estruturas que definiram quem possuía autoridade para contá-la.

Além disso, o deslocamento promovido pela obra permite refletir sobre a própria função das contra-narrativas. Seu potencial não reside apenas na apresentação de versões alternativas dos fatos, mas na capacidade de revelar os mecanismos que tornam determinadas interpretações dominantes. Ao questionar histórias amplamente naturalizadas, as contra-narrativas tornam perceptíveis relações de poder que frequentemente permanecem ocultas sob a aparência da neutralidade.

Dessa forma, *Wicked* ultrapassa os limites de uma simples reinterpretação de um clássico da cultura popular. A obra evidencia que narrar é também disputar sentidos, produzir memórias e reivindicar reconhecimento. Ao permitir que a bruxa ocupe o centro da narrativa, o filme desafia hierarquias simbólicas consolidadas e demonstra que toda história pode ser observada a partir de diferentes perspectivas. Mais do que responder quem é a heroína ou a vilã da trama, *Wicked* convida o público a questionar os processos que tornam possível a própria existência dessas categorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que *Wicked* não se limita



à reinterpretação de uma narrativa clássica, mas opera como um dispositivo crítico para a problematização dos regimes de produção da verdade, das condições de legitimidade do discurso e das formas pelas quais determinadas subjetividades são historicamente construídas como desviantes, perigosas ou ilegítimas. Ao deslocar o centro narrativo para a figura da bruxa, a obra evidencia que as categorias de herói e vilão não podem ser compreendidas como essências morais fixas, mas como efeitos de processos discursivos atravessados por relações de poder, disputas epistemológicas e regimes de visibilidade.

Nesse sentido, a análise permitiu demonstrar que a fabricação do inimigo não ocorre como evento isolado ou resultado de uma ação individual, mas como processo histórico e socialmente acumulativo. A construção de Elphaba como figura de ameaça decorre da repetição e da sedimentação de narrativas que reorganizam continuamente seus atos dentro de uma estrutura simbólica previamente hierarquizada. Esse processo evidencia que o poder narrativo não atua apenas na interpretação dos fatos, mas também na definição das condições sob as quais determinados acontecimentos passam a ser reconhecidos como verdadeiros, revelando a profunda articulação entre narrativa, memória e produção da realidade social.

Ao mesmo tempo, a investigação demonstrou que a disputa não se encerra na fabricação da figura da bruxa. Conforme evidenciado ao longo da análise, a questão central envolve também o direito de narrar os acontecimentos e de participar da construção das memórias coletivas. Em *Wicked*, a trajetória de Elphaba revela que a exclusão não se manifesta apenas pela marginalização de determinados sujeitos, mas também pela limitação de sua capacidade de produzir interpretações legitimadas sobre sua própria experiência. O conflito, portanto, não se restringe ao plano da representação, mas alcança os próprios mecanismos de reconhecimento que definem quem pode ser ouvido e quais narrativas possuem condições de permanência social.

Essa dimensão torna-se ainda mais evidente quando articulada às Epistemologias do Sul. Boaventura de Sousa Santos (2009) argumenta que a modernidade ocidental institui uma profunda articulação entre injustiça social e injustiça cognitiva, de modo que a exclusão de determinados sujeitos não ocorre apenas no plano material, mas também no plano da produção de conhecimento. Nesse contexto, a experiência de Elphaba pode ser compreendida como exemplo de um processo em que determinadas formas de interpretação da realidade são sistematicamente desautorizadas em favor de discursos institucionalizados que definem o que pode ser reconhecido como verdadeiro, legítimo e inteligível.

Essa dinâmica não implica necessariamente a eliminação do sujeito, mas sua reconfiguração dentro de um regime de visibilidade controlada, no qual sua existência é reconhecida apenas na medida em que pode ser traduzida pelas categorias produzidas pelos discursos dominantes.



A partir da sociologia das ausências e das emergências, Santos (2009) permite compreender que esse processo envolve não apenas o apagamento de determinadas experiências, mas a produção ativa de formas de invisibilidade que restringem sua participação na construção do conhecimento e da memória social.

A essa leitura soma-se a contribuição de Spivak (2010), ao problematizar as condições de enunciação do sujeito subalterno. Ao afirmar que “o subalterno não pode falar” (SPIVAK, 2010, p. 45), a autora não se refere à impossibilidade material da fala, mas à ausência de condições estruturais que permitam seu reconhecimento como discurso legítimo. Em *Wicked*, essa problemática manifesta-se na medida em que a voz de Elphaba é constantemente atravessada por instâncias de mediação que limitam sua capacidade de produzir versões socialmente reconhecidas dos acontecimentos. Essa mediação evidencia um dos principais resultados da pesquisa: a disputa central da narrativa não ocorre apenas entre diferentes interpretações dos fatos, mas entre regimes desiguais de produção da verdade.

Algumas versões dos acontecimentos possuem maior capacidade de circulação, institucionalização e naturalização do que outras, demonstrando que a luta pelo reconhecimento envolve também uma disputa pela autoridade narrativa. O que está em jogo não é apenas quem fala, mas quem possui o poder de transformar sua fala em memória coletiva e verdade socialmente legitimada.

As contribuições de Stuart Hall (2016) permitiram compreender que a representação não constitui um reflexo passivo da realidade, mas um processo por meio do qual os significados são produzidos e compartilhados socialmente. A figura da bruxa, portanto, não antecede a narrativa que a descreve, mas emerge de sistemas de representação que organizam a forma como determinados sujeitos são percebidos, classificados e interpretados. Nesse sentido, a identidade de Elphaba não corresponde a uma essência prévia, mas ao resultado de processos culturais que delimitam as fronteiras entre normalidade e diferença, pertencimento e exclusão.

De maneira complementar, a colonialidade do poder formulada por Quijano (2005) evidencia que essas classificações não são neutras, mas constituem mecanismos fundamentais de organização das hierarquias sociais. Ao articular exploração, dominação e controle da subjetividade, a colonialidade demonstra que o poder atua também sobre os modos de perceber, interpretar e produzir conhecimento acerca do mundo. Em *Wicked*, essa lógica manifesta-se na transformação da diferença em elemento legitimador da exclusão, produzindo a figura da bruxa como alteridade necessária à manutenção da ordem social. A análise também permitiu observar que essa ordem não se sustenta apenas por mecanismos coercitivos, mas pela contínua reafirmação de narrativas capazes de naturalizar determinadas interpretações da realidade.

A transformação de Elphaba em vilã resulta de um processo permanente de significação que



converte leituras específicas dos acontecimentos em verdades amplamente aceitas. Dessa forma, a construção do inimigo revela-se simultaneamente um processo de legitimação das estruturas que produzem essa mesma condição de alteridade.

Por fim, as contribuições de Walter Mignolo (2017) possibilitam compreender que o enfrentamento dessas estruturas exige mais do que a simples inclusão de novas vozes em espaços já constituídos. A desobediência epistêmica proposta pelo autor implica questionar os próprios critérios que definem o que pode ser reconhecido como conhecimento legítimo. Em *Wicked*, esse movimento manifesta-se no deslocamento narrativo que permite à personagem historicamente situada à margem ocupar o centro da história, tensionando versões consolidadas dos acontecimentos e evidenciando o caráter contingente das verdades socialmente instituídas.

Dessa forma, conclui-se que *Wicked* não apenas reconta uma história conhecida, mas expõe os mecanismos pelos quais determinadas narrativas se tornam dominantes e adquirem o estatuto de verdade. A obra demonstra que toda narrativa oficial é sustentada por relações de poder que definem quem pode falar, quem pode ser ouvido e quais experiências serão incorporadas à memória coletiva. A pergunta “pode a bruxa falar?”, portanto, permanece aberta não porque careça de resposta, mas porque remete às condições históricas e epistemológicas que regulam os regimes de enunciação. Ao evidenciar que a luta por reconhecimento envolve também uma luta pelo direito de produzir conhecimento e disputar a memória social, *Wicked* contribui para os debates das Epistemologias do Sul e reafirma que a busca por justiça social permanece indissociável da busca por justiça cognitiva.



REFERÊNCIAS

- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- MAGUIRE, Gregory. Wicked: a história não contada das bruxas de Oz. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. São Paulo: Filosófica Politeia, 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- UNIVERSAL PICTURES. Wicked. Direção: Jon M. Chu. Produção: Marc Platt e David Stone. Estados Unidos: Universal Pictures, 2024. Filme (160 min.).